

---

**Alexandre Dinis Zavale** (Doutor em Comunicação, Mídia e Cultura pela Universidade Autónoma de Barcelona, docente e pesquisador na Escolar Superior de Jornalismo Delegação Académica de Manica. [alexandrezavala78@gmail.com](mailto:alexandrezavala78@gmail.com))

**Delfim Anacleto Uatanle** (Licenciado em jornalismo pela Escola Superior de jornalismo Delegação Académica de Manica, jornalista da TVMiramar e da Deutsche Welle)

---

## A PREDOMINÂNCIA DA FONTE ÚNICA NO JORNALISMO POLICIAL: UMA ANÁLISE DA COBERTURA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÓNICOS MOÇAMBICANOS

Resumo: Este artigo, intitulado “A Predominância da fonte única no jornalismo policial: uma análise da cobertura dos meios de comunicação eletrónicos Moçambicanos,” tem como objectivo compreender a razão pela qual, na cobertura de casos envolvendo actividades criminosas, a fonte consultada predominantemente é a oficial, geralmente representada pela polícia, mesmo em situações em que ela não é a única parte interessada. A pesquisa, centrada nos jornais electrónicos nacionais, notadamente @Verdade, CanalMoz e Mediafax, questiona as motivações por trás da escolha da versão policial como a única verdade dos factos noticiáveis, negligenciando outros participantes importantes, como a vítima, testemunhas e o indiciado. O estudo realiza uma revisão da literatura sobre a prática do jornalismo policial globalmente, buscando compreender como essa especialização é abordada em diferentes contextos. Considerando a relevância da fonte na construção do jornalismo como linguagem do conflito, o trabalho propõe uma análise da utilização e tipologia das fontes nas coberturas policiais dos mencionados veículos. A análise, tanto quantitativa quanto qualitativa, revela a predominância do uso de fontes oficiais, destacando frequentemente apenas um lado da versão de determinados eventos. O estudo alerta para os riscos associados ao uso exclusivo de informações provenientes de fontes oficiais pelos jornais, impactando directamente a vida dos envolvidos, como possíveis condenações ou absolvições prévias. Conclui-se que esse fenómeno é motivado pela facilidade com que os jornalistas obtêm informações que demandam pouco esforço para serem transformadas em produtos jornalísticos. Além disso, a pressão por furos de reportagem impede, muitas vezes, a consideração de outras partes essenciais para a construção de uma notícia ou reportagem dentro dos padrões jornalísticos.

**Palavras-chaves:** Jornalismo policial, fonte oficial, Unicidade de fonte

Abstract: This article, entitled "The Dominance of the Single Source in Police Journalism: An Analysis of Coverage in Mozambican Electronic Media," aims to understand why, in the coverage of cases involving criminal activities, the predominantly consulted source is the official one, often represented by the police, even in situations where it is not the sole interested party. The research, focused on national electronic newspapers, notably @Verdade, CanalMoz, and

Mediafax, questions the motivations behind the choice of the police version as the sole truth of reportable facts, neglecting other important participants, such as the victim, witnesses, and the accused. The study conducts a literature review on the practice of police journalism globally, seeking to understand how this specialization is approached in different contexts. Considering the relevance of the source in constructing journalism as the language of conflict, the paper proposes an analysis of the use and typology of sources in the police coverage of the mentioned media outlets. The analysis, both quantitative and qualitative, reveals the predominance of the use of official sources, often highlighting only one side of the version of certain events. The study warns of the risks associated with the exclusive use of information from official sources by newspapers, directly impacting the lives of those involved, such as possible prior convictions or acquittals. It is concluded that this phenomenon is motivated by the ease with which journalists obtain information that requires little effort to be transformed into journalistic products. Additionally, the pressure for breaking news often prevents the consideration of other essential parties for the construction of news or reports within journalistic standards.

**Keywords:** Police journalism, official source, Source Uniqueness

## Introdução

O jornalismo policial é um domínio pouco explorado nos estudos de media em Moçambique, possivelmente devido ao escasso interesse dos académicos em mapear e discutir as diretrizes que essa especialidade do jornalismo deve seguir. Este artigo aborda o fenómeno da “predominância da fonte única no jornalismo policial,” buscando compreender o processo de produção e construção de notícias e reportagens sobre eventos policiais, tendo como referência os critérios de noticiabilidade e as normas jornalísticas.

O estudo apresenta conclusões derivadas da análise das edições dos jornais @Verdade, CanalMoz e Mediafax, referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2018, explorando o fenómeno da unicidade/equilíbrio de fontes de informação na cobertura policial. Ao analisar a cobertura jornalística dos jornais eletrónicos mencionados, identifica-se a predominância da versão oficial em detrimento de outras partes envolvidas, como a sociedade, a vítima, as testemunhas e o suposto transgressor.

A justificativa para este artigo fundamenta-se na legislação vigente em Moçambique, particularmente na relacionada à imprensa, que preconiza um jornalismo voltado para a preservação dos direitos dos cidadãos, incluindo a presunção de inocência, o direito de resposta, a restauração da imagem de indivíduos prejudicados pela imprensa, além de outros aspectos. O mérito do jornalismo repousa na busca pelo equilíbrio das fontes e no respeito aos direitos humanos e de cidadania.

A recorrente dependência das conferências de imprensa da polícia como única fonte de informação policial constitui uma preocupação central para a escolha deste tema. A divulgação de informações criminais muitas vezes ocorre através dos media somente se a polícia disponibilizar essas informações em suas conferências. Isso direcciona os procedimentos dos jornalistas após tais eventos, baseando-se nas informações fornecidas pelas autoridades policiais, que muitas vezes estão determinadas a provar a culpabilidade do indivíduo sob custódia.

Os jornalistas, como construtores de notícias, frequentemente adotam uma postura de acomodação aos *briefings* regulares, relegando às autoridades de segurança pública a busca,

análise e confirmação de dados nos locais dos eventos ou junto às fontes directamente envolvidas nos conflitos. A prevalência de uma única versão, a oficial, muitas vezes resulta em acusações e condenações precoces contra indivíduos que estejam de alguma forma envolvidos com as autoridades policiais.

Considerando que a Polícia da República de Moçambique é apenas uma das partes, e não a única interessada no assunto, surge a questão: os jornalistas podem fornecer informações imparciais, ou seja, informações que não revelem julgamentos precipitados por parte das empresas jornalísticas, sempre em detrimento dos acusados excluídos do processo de colecta de dados?

Ressalta-se que o crime, como fenómeno social, ocorre na sociedade, onde existem vítimas, testemunhas e vestígios que, se aproveitados pelo jornalista, poderiam oferecer uma informação mais contextualizada e aprofundada para a compreensão da notícia. No entanto, o noticiário disponibilizado aos leitores geralmente se baseia apenas na fonte oficial, levantando a seguinte questão: Diante das práticas de cobertura de casos policiais, o que leva os jornais a priorizarem a polícia como única fonte de informação, em detrimento de outros participantes?

Para responder a questão de pesquisa usamos a abordagem qualitativa e quantitativa. De acordo com Goldenberg (2004: 62), numa dada pesquisa pode se fazer o cruzamento entre a pesquisa qualitativa e quantitativa.

## Revisão da Literatura

A literatura dedicada ao jornalismo policial é extensa, embora predominantemente focada na realidade brasileira. Este viés pode ser explicado pelo aumento constante dos casos criminais no país sul-americano, bem como pelo compromisso dos estudiosos em desenvolver uma abordagem jornalística que respeite a dignidade humana e preserve os direitos individuais.

Adriana Leite Diniz (2006: 34) destaca, no seu ensaio sobre a inclusão da segurança pública no ensino de jornalismo, que o jornalismo policial abrange não apenas a cobertura de crimes quotidianos, mas qualquer evento que contrarie a legislação em vigor, exigindo a intervenção policial para restaurar a ordem. Para Diniz, a definição de crime está além do âmbito do jornalismo policial, mas este se apropria dela, transformando acções ilegais em notícias (DINIZ, 2006: 23).

No âmbito ético, o jornalismo policial desempenha um papel formador, facilitando a compreensão dos factos e promovendo mudanças de comportamento. A dependência exclusiva de fontes oficiais na produção de reportagens policiais é uma característica histórica desse tipo de jornalismo. Até a década de 60, segundo Diniz (2006: 17), a reportagem policial no Brasil era fortemente vinculada aos órgãos policiais, muitas vezes actuando como cúmplice. A autora destaca um episódio específico, a “Ideologia de Segurança Nacional”, em que os conflitos armados entre militantes de esquerda e órgãos de segurança resultavam em versões oficiais publicadas integralmente em alguns jornais. É ressaltado que as autoridades policiais seleccionam cuidadosamente as informações a serem divulgadas, exigindo que os repórteres busquem activamente detalhes omitidos pela polícia (DINIZ, 2006).

Destaca ainda a autora a necessidade de o repórter ser responsável pela verificação rigorosa de informações antes de transformar uma denúncia em matéria, destacando a importância de consistência e análise criteriosa de evidências. Além disso, alerta para o cuidado com a linguagem utilizada no jornalismo policial, pois uma vez associado a um crime, um cidadão tem sua imagem manchada de forma irreversível (DINIZ, 2006: 34).

Sobre o mesmo assunto André Alvim (2010) argumenta que a escravidão à actualidade prejudica a qualidade do jornalismo policial, enfatizando a necessidade de reduzir a importância da actualidade no trabalho jornalístico. Na mesma linha de pensamento Pereira Júnior (2006<sup>a</sup>: 134 apud ALVIM, 2010: 28) resalta a importância de equilibrar a facilidade de apuração com a

credibilidade da notícia, destacando a superioridade de uma reportagem com a presença do repórter no local dos factos.

A abordagem da imprensa em relação à violência muitas vezes incentiva o preconceito, alerta Diniz (2006: 5). Para a solução do exposto por Diniz, Alvim (2010: 87) propõe o resgate do jornalismo interpretativo, destacando a necessidade de contextualizar a criminalidade, investigar causas e consequências, e sugerir melhorias nos órgãos de segurança e legislação. Já José Neto de Queiroz (2009: 37) destaca a importância da diversidade de fontes para garantir a objectividade e interpretação dos factos. O jornalista que cobre a área policial deve tratar os personagens como acusados até que haja uma sentença definitiva. Na mesma linha de pensamento Christofolletti (2002: 70 apud QUEIROZ 2009: 65) salienta a obrigação do jornalista em ouvir todas as versões dos factos no jornalismo policial, mesmo que o entrevistado pareça culpado. Queiroz (2009: 80) destaca a importância da cautela na abordagem dos acusados, evitando danos à imagem antes da conclusão do inquérito policial.

De acordo com Ventura (2016: 37) a dependência das informações policiais compromete a capacidade da imprensa em criticar as acções das forças de segurança, enfatizando a necessidade de questionamento e verificação por parte dos jornalistas. A proximidade entre jornalistas e policiais, segundo o autor, cria dilemas e compromete a independência jornalística. Sobre o mesmo assunto Chaparro (2001: 19) aponta a importância da investigação jornalística para atribuir significados éticos aos acontecimentos. Ele ressalta que a falta de verificação resulta em notícias equivocadas, capazes de prejudicar reputações e induzir o público a erros.

Finalmente, Guerra (2010: 75) nomeia três cláusulas essenciais para a legitimidade social da instituição jornalística: compromisso com o factual, selecção criteriosa do que é transmitido à sociedade e pluralidade, representando diferentes pontos de vista. Ele salienta a necessidade de apresentar conflitos de interesse de maneira equitativa e garantir oportunidades iguais para todas as partes envolvidas.

Em síntese, a literatura sobre jornalismo policial destaca a evolução desse tipo de jornalismo, a responsabilidade ética do repórter, a necessidade de diversidade de fontes, e a importância da investigação jornalística para uma cobertura equilibrada e contextualizada da criminalidade. Esses princípios fundamentais são essenciais para garantir a legitimidade social da instituição jornalística.

## **Fonte de informação**

A subsecção sobre “Fonte de informação” apresenta uma análise detalhada de diferentes perspectivas sobre as fontes no jornalismo. A definição de fontes no jornalismo é crucial para a construção de notícias e reportagens. Mário Erbolato (1997: 183) conceitua fonte como qualquer pessoa, organismo ou instituição que fornece informações ao repórter, dando precedência à notícia. Herbert Gans (1980: 37) amplia essa definição, considerando fontes como pessoas observadas ou entrevistadas pelos jornalistas, que oferecem informações ou sugestões de pauta, representando grupos de utilidade pública ou diversos sectores da sociedade. Essa concepção é compartilhada por Anabela Gradim (2000: 102), para quem fonte de informação é qualquer entidade detentora de dados capazes de gerar uma notícia. A autora destaca a importância das fontes para a sobrevivência de qualquer veículo jornalístico.

## **Fontes internas e externas**

Nuno Crato, citado por Gradim (2000: 102), propõe uma classificação das fontes em internas e externas à publicação. As fontes internas incluem jornalistas da publicação, delegações, correspondentes e arquivos, enquanto as fontes externas abrangem agências de notícias, órgãos de comunicação, entidades oficiais, fontes não oficiais e contactos pessoais

dos jornalistas. Lage (2002: 87) contribui para essa tipologia, categorizando as fontes como oficiais, oficiosas e independentes. O quadro abaixo explicita a diversidade de fontes jornalísticas.

<b>Fonte</b>	<b>Definição da fonte</b>
<b>Fonte oficial</b>	Dentre as fontes oficiais, destaca-se a preferência pela fonte oficial, representando órgãos governamentais, como a Assembleia da República, ministérios e forças policiais. Essas fontes são fundamentais para os media, pois emitem informações de interesse público (Schmitz, 2011: 25).
<b>Fonte empresarial</b>	A fonte empresarial refere-se a corporações da indústria, comércio, serviços ou agronegócio. Seu papel é preservar imagem e reputação, muitas vezes associado ao interesse comercial (Schmitz, 2011: 25).
<b>Fonte popular</b>	A fonte popular pode ser identificada como vítima, cidadão reivindicador ou testemunha, com seu apelo à noticiabilidade baseado no interesse público por histórias de sofrimento ou injustiça (Schmitz, 2011: 26).
<b>Fonte notável</b>	Indivíduos notáveis, como artistas, escritores e personalidades políticas, são considerados fontes notáveis, oferecendo visões pessoais e profissionais sobre diferentes assuntos (Schmitz, 2011).
<b>Fonte testemunhal</b>	As fontes testemunhais desempenham um papel crucial, representando o que viram ou ouviram como participantes ou observadores. Sua credibilidade é maior quando estão próximas aos fatos, embasando-se na memória de curto prazo (Schmitz, 2011).
<b>Fonte especializada</b>	Fontes especializadas incluem pessoas com conhecimento específico ou organizações reconhecidas em determinada área. Esses especialistas ajudam a analisar as complexidades dos temas, proporcionando informações secundárias ou complementares (Schmitz, 2011).
<b>Fonte de referência</b>	A fonte de referência consiste em bibliografia, documentos e mídia consultados pelo jornalista. Esses referenciais fundamentam o conteúdo jornalístico e enriquecem a narrativa com razões e ideias (Schmitz, 2011).

Fonte: adaptado a partir da tipificação das fontes de Scmitz(2011, 23-30)

Em todos os casos, a confirmação das informações com diferentes fontes é fundamental para garantir a credibilidade e utilidade das informações para a sociedade (Silva Araújo, 1990). O jornalista, conforme aconselha Araújo, deve buscar múltiplas fontes, confrontar dados e validar as informações colectadas para se aproximar da realidade dos assuntos abordados.

## **Metodologia**

A pesquisa centrou-se na análise da predominância da fonte única no jornalismo policial, com foco nos meios de comunicação eletrónicos moçambicanos, abrangendo os

jornais @Verdade, CanalMoz e Mediafax nos primeiros três meses de 2018. A escolha desse período foi feita de maneira aleatória, dada a natureza exploratória do estudo.

## **Tipo de Pesquisa**

A pesquisa é de natureza qualitativa e quantitativa. De acordo com Goldenberg (2004: 62), numa dada pesquisa pode se fazer o cruzamento entre a pesquisa qualitativa e quantitativa. Para a autora, “a integração da pesquisa quantitativa e qualitativa permite que o pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular. Ele não se limita ao que pode ser colectado em uma entrevista: pode entrevistar repetidamente, pode aplicar questionários, pode investigar diferentes questões em diferentes ocasiões, pode utilizar fontes documentais e dados estatísticos.” (GOLDENBERG, 2004: 64). Fundamenta a autora (op.cit:63) que “enquanto os métodos quantitativos pressupõem uma população de objectos de estudo comparáveis, que fornecerá dados que podem ser generalizáveis, os métodos qualitativos poderão observar, directamente, como cada indivíduo, grupo ou instituição experimenta, concretamente, a realidade pesquisada.

A pesquisa qualitativa é útil para identificar conceitos e variáveis relevantes de situações que podem ser estudadas quantitativamente. A premissa básica da integração repousa na ideia de que os limites de um método poderão ser contrabalançados pelo alcance de outro. Os métodos qualitativos e quantitativos, nesta perspectiva, deixam de ser percebidos como opostos para serem vistos como complementares.” (GOLDENBERG, 2004: 63).

## **Técnicas ou Instrumentos de Recolha de Dados**

### **Pesquisa Documental e pesquisa bibliográfica**

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e electrónicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta. [...]. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002: 32).

A pesquisa documental e bibliográfica consistiu na colecta de informações por meio de livros, documentos oficiais e temas sobre segurança pública nos jornais @Verdade, CanalMoz e MediaFax, bem como obras bibliográficas relacionadas à temática da pesquisa.

## **Entrevista**

A entrevista constitui uma técnica alternativa para a coleta de dados não documentados sobre um determinado tema. É uma forma de interação social, um diálogo assimétrico, no qual uma das partes busca obter dados, enquanto a outra se apresenta como fonte de informação. A entrevista pode ter carácter exploratório ou ser uma coleta de informações (GERHARDT e SILVEIRA, 2009: 72). A de carácter exploratório é relativamente estruturada; já a de coleta de

informações é altamente estruturada. As Entrevistas foram semiestruturadas, de acordo com Gerhardt e Silveira (2009: 72) neste tipo de entrevista o pesquisador organiza um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal.

No total, foram entrevistados cinco jornalistas de cada um dos quatro órgãos de comunicação social em Nampula, totalizando 20 entrevistados. As entrevistas tinham como objectivo compreender como os jornalistas trabalham com as fontes de informação e por que optam por usar, no caso da segurança social, fontes policiais como única fonte de notícia.

## **Questionário**

É um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante, sem a presença do pesquisador. Objetiva levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas. A linguagem utilizada no questionário deve ser simples e direta, para que quem vá responder compreenda com clareza o que está sendo perguntado (GERHARDT e SILVEIRA, 2009: 69). O questionário consistiu em sete questões enviadas aos quatro órgãos de informação previamente selecionados. Este buscou obter percepções e opiniões dos jornalistas que participam activamente na produção de matérias sobre segurança pública.

## **Amostragem**

Considerando a impossibilidade de abranger todos os elementos do universo, optou-se por uma amostragem não probabilística, baseada na técnica de bola de neve (snowball), onde os primeiros informantes indicaram os subsequentes, desde que atendessem aos critérios de inclusão. Adicionalmente, utilizou-se a saturação teórica, suspendendo a inclusão de novos participantes quando as informações se tornaram repetitivas.

No total, foram entrevistados cinco jornalistas de cada um dos quatro órgãos de comunicação social em Nampula, totalizando 20 entrevistados. No que diz respeito aos textos jornalísticos, foram analisadas 72 edições dos jornais @Verdade (24), CanalMoz (24) e MediaFax (24), considerando oito edições mensais de cada órgão de informação pesquisado.

## **Análise de Dados**

A análise de discurso em um texto jornalístico refere-se ao estudo das diferentes maneiras como o discurso é construído, apresentado e interpretado nesse tipo específico de texto. Ela busca compreender como as escolhas linguísticas feitas pelo autor ou pela redação do jornal influenciam a interpretação do leitor e como essas escolhas podem refletir valores, ideologias e perspectivas. Por outro lado, a análise de discurso em textos jornalísticos é uma ferramenta valiosa para compreender como as notícias são moldadas, interpretadas e influenciam a opinião pública. É importante considerar que os jornalistas, consciente ou inconscientemente, fazem escolhas ao construir um texto, e essas escolhas podem ter implicações significativas na forma como uma história é percebida pelo público. A AD, conforme definida por Foucault, foi empregada para analisar construções ideológicas presentes nos enunciados jornalísticos. No contexto deste estudo, a AD concentrou-se nas edições dos jornais @Verdade, CanalMoz e MediaFax, visando compreender o emprego das fontes de informação com base na classificação de Schmitz (2011).

## **Análises Estatísticas**

Para a interpretação dos dados, foram utilizados softwares como Microsoft Excel 2010 e SPSS v.21. O SPSS, indicado por Margarida Pocinho e João Paulo de Figueiredo (s/d: 5), possibilitou o agrupamento de dados em tabelas e gráficos, viabilizando análises descritivas e de correlação entre variáveis.

## **Apresentação e discussão dos resultados da pesquisa**

Considerando os objectivos definidos e a metodologia adoptada para este estudo, os resultados são apresentados em 6 secções, nomeadamente: 1) Local de estudo; 2) Perfil dos participantes; 3) Jornais pesquisados; 4) Percepções dos participantes em torno do fenómeno em estudo; 5) Principais conclusões; 6) Recomendações.

### **Local de estudo**

O local de estudo foi a cidade de Nampula. A escolha foi feita com base na facilidade que o local oferece aos pesquisadores, uma vez tratar-se de um espaço de seu domínio.

### **Perfil dos participantes**

Tratando-se de um estudo virado ao campo de jornalismo, os sujeitos da pesquisa ou participantes foram os jornalistas que trabalham nos órgãos de comunicação seleccionados previamente pelos pesquisadores.

### **Jornais pesquisados**

#### **@Verdade**

O jornal @Verdade é um órgão de comunicação social privado, fundado em 2008 pelo ativista Erik Charas, por meio da empresa Charas Limitada. Com uma equipe composta por 12 jornalistas, o veículo cobre notícias do cotidiano, política, meio ambiente, cultura, polícia, entre outros diversos assuntos.

Após operar na capital do país, Maputo, desde o ano de sua fundação em 2009, o jornal transferiu sua sede para a cidade de Nampula. É um dos poucos jornais no país conhecido principalmente por seu "jornalismo cidadão": a redação aceita notícias e observações feitas pelos cidadãos e as publica. Inicialmente, era um jornal semanal impresso com 32 páginas coloridas, distribuído gratuitamente em Moçambique, com uma tiragem inicial de 50 mil exemplares. Hoje, a impressão foi interrompida, sendo distribuído apenas por correio eletrónico e por meio de seu site na internet.

#### **Canalmoz**

O jornal Canalmoz também é privado, pertencente a empresa *Canal i Limitada*. Uma versão electrónica e diária do semanário Canal de Moçambique, e foi criado em 2009.

#### **Mediafax**

O Mediafax é um diário electrónico propriedade da Cooperativa de Comunicação *MediaCoop, jornalistas associados, SCRL*, empresa que congrega também o

semanário “SAVANA”. Foi criado por um grupo de jornalistas em 1992.<sup>1</sup>Actualmente, funciona com seis jornalistas e para além do escritório central, conta com uma delegação na cidade da Beira, província de Sofala.

## Apresentação dos Dados

Entre janeiro e março de 2018, o @Verdade, CanalMoz e Mediafax utilizaram de forma bastante frequente as entrevistas oficiais como fontes de informações nas matérias de coberturas policiais. Foram produzidos 132 textos, sendo 86 no @Verdade, 24 no CanalMoz e 22 no Mediafax. A fim de analisar cada texto publicado, o pesquisador elegeu categorias de fontes utilizadas por Schmitz (2011) para elaborar um quadro que identifica quantitativamente a predominância das fontes.

De acordo com os dados coletados, as fontes podem ser divididas predominantemente em cinco categorias, conforme elencadas por Schmitz (2011): oficial, popular, testemunhal, notável e especializada. Na primeira categoria, o estudo utiliza a Polícia de Proteção, Corpo de Bombeiros, Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC), Serviço Nacional de Migração, Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC), Tribunais, entre outras, por desempenharem “função ou cargo público que se pronuncia por órgãos mantidos pelo Estado e preservam os poderes constituídos” (SCHMITZ, 2011: 25). Na segunda estão os familiares, suspeitos e vítimas, tendo em vista que suas manifestações falam por si mesmas, sem vínculo com qualquer instituição ou grupo social. Como testemunhal, estão as pessoas que presenciaram o fato, entrevistadas pelos veículos e usadas textualmente nos conteúdos. Na quarta incluem-se os advogados consultados pelos jornais pesquisados para obtenção de esclarecimentos dos desdobramentos legais de determinado litígio criminal. Na quinta e última categoria estão os especialistas em segurança pública, criminalística, direitos humanos, entre outros.

Quantitativamente, foram produzidos 132 textos, que reuniram o total de 136 fontes pelos veículos. Dessas, 88 eram oficiais, correspondendo a 74,57%. As outras fontes usadas com mais frequência foram as populares, com 19 fontes, correspondendo a 16,1%, e as testemunhais, com apenas 9, equivalendo a 7,62%. As notáveis foram citadas em 5 fontes, e por último, as fontes especializadas foram mencionadas em 15 vezes nos textos consultados. O quadro abaixo ilustra as informações.

### Quantidade e tipos de fontes usadas no período de Janeiro a Março de 2018

Fontes	@Verdade	CanalMoz	Mediafax	Total	%
Oficiais	55	18	15	88	64.7%
Populares	9	7	5	19	13.9%
Testemunhais	4	3	2	9	6.6%
Notáveis	1	2	2	5	3.6%

<sup>1</sup>Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/zamith-fernando-dos-jornais-fax-aos-web-jornais.html> acessado no dia 01 de Abril de 2017

<b>Especializadas</b>	15	0	0	15	11.0%
<b>Total</b>	68	28	22	136	100%

Fonte: autores

### Alguns dos Textos Jornalísticos Analisados

Com o intuito de exemplificar o fenômeno em estudo, “Unicidade de fonte no jornalismo policial”, os pesquisadores escolheram seis dos 132 textos produzidos pelos jornais @Verdade (2), CanalMoz (2) e Mediafax (2) durante o período em análise, ou seja, edições referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2018.

Exemplo de notícia do Canalmoz, edição de 26 de fevereiro de 2018:

“Na província de Sofala, PRM neutraliza quadrilha de roubo de viaturas na Beira. A Polícia da República de Moçambique em Sofala neutralizou na passada sexta-feira, 23 de fevereiro, na cidade da Beira, um grupo de indivíduos pertencentes a uma rede de ladrões que se dedicava ao roubo e desmontagem de viaturas naquela região do país. Segundo o oficial de imprensa no Comando Provincial da PRM em Sofala, Marito Perolto, trata-se de sete cidadãos nacionais, residentes no Bairro da Manga, que se encontram detidos nas celas da 2.<sup>a</sup> Esquadra da PRM, no Macúti. Segundo a Polícia em Sofala, cinco elementos presos já têm registro criminal por roubo de viaturas. A quadrilha usava várias chaves para roubar as viaturas, que depois eram desmontadas no Bairro da Manga, sendo posteriormente vendidas as peças. As duas últimas incursões da quadrilha ocorreram na semana passada, quando roubaram uma viatura da marca “Toyota Allion” no Bairro do Macúti e outra, da marca “Runex”, na zona do Estoril. Esta última viria a ser encontrada já em peças prontas para serem vendidas. Um dos elementos é uma mulher que é sogra do cabeça do grupo, com quem foi encontrada a viatura já desmontada” (CANALMOZ, 2018: 5).

No texto acima, embora não haja menção da identidade dos referidos “ladrões”, conforme o jornal os apelidou, não se nota qualquer trecho que demonstre a versão dos indiciados. O que se percebe são declarações de condenação proferidas por uma fonte policial. Tratando-se de um caso que envolve roubo, o qual naturalmente possui suas vítimas e prováveis testemunhas, seria razoável que o jornal também trouxesse suas versões, permitindo que o julgamento seja realizado através da contrastação ou confrontação das fontes, em vez de se embasar apenas nos discursos acusatórios proferidos pela fonte policial.

Edição nº 2157, de 28 de fevereiro de 2018, do diário eletrônico Canalmoz:

Cento e quatro abutres envenenados deliberadamente na Moamba

“Uma publicação oficial da Administração Nacional das Áreas de Conservação indica que 104 aves abutres, uma espécie em vias

de extinção, foram deliberadamente envenenadas no passado fim-de-semana, no distrito da Moamba, província de Maputo, por um cidadão nacional de nome Nelson Machel. Segundo a “Newsletter” do Governo, para envenenar os animais, Nelson Machel utilizou uma substância altamente venenosa, que não foi revelada. O Governo informa que o acusado já assumiu a responsabilidade do ato e já foi encaminhado à Polícia para procedimentos criminais de responsabilização. Ao ser detido no passado fim-de-semana, Nelson Machel tinha em sua posse duas pontas de marfim e um frasco contendo o veneno.” (CANALMOZ, 2018: 5)

No recorte feito do texto em análise, percebe-se que o jornal se socorre de uma publicação oficial, pertencente à Administração Nacional das Áreas de Conservação, como sua fonte de informação, sendo também considerada uma fonte oficial.

Neste texto em particular, está mencionado o nome do presumível responsável pelo ilícito. Ou seja, o jornal, baseando-se naquela publicação, chegou à conclusão de que o sujeito apontado na mesma é o verdadeiro culpado, razão pela qual nem sequer abriu espaço para ouvir a sua versão. Isso contradiz os dizeres de Christofolletti citado por Queiroz, segundo os quais “registar a outra versão é obrigação do jornalista, não por flexibilidade, competência ou compaixão, mas por dever moral”, “profissional e deontológico”<sup>2</sup> (CHRISTOFOLETTI, 2002: 70 apud QUEIROZ 2009: 65).

O mesmo procedimento pode ser observado na edição de 23 de janeiro de 2018 do jornal Mediafax, cujo título é “Perante a inoperância das autoridades, populares agem por conta e risco próprio: Justiceiros tentam devolver paz e tranquilidade em Zongoene”:

“A população, cansada de ações de banditismo e perante o que considera inoperância e compadrio das autoridades policiais com supostos criminosos que ditam regras naquela região, decidiu, por conta e risco próprios, agir, tudo na perspectiva de pôr fim ao terror plantado pelos supostos bandidos. Em relação a isso, o porta-voz do Comando-Geral da Polícia disse, ontem, em conferência de imprensa, que a situação está minimamente controlada.

Um reforço policial tinha sido enviado para o posto administrativo de Zongoene. “Há uma brigada da Unidade de Intervenção Rápida no local, junto com a administradora de Limpopo e comandante distrital, no sentido de persuadir a população a abandonar a justiça pelas próprias mãos”, disse o porta-voz da polícia, Inácio Dina” (MEDIAFAX, 2018: 2).

No primeiro parágrafo do texto, o jornal sustenta o seu argumento com o cansaço da população diante de acções de banditismo, para justificar a acção de justiça pelas próprias

---

<sup>2</sup>Grifonosso.

mãos. Embora esse tenha sido o motivo invocado pelo articulista, dentro do texto não há qualquer menção ou alguma fala dessa população furiosa. A única fonte citada no texto foi o porta-voz do Comando-Geral da Polícia, portanto, a fonte oficial. Característica semelhante em relação à citação de fonte foi verificada neste texto sobre os confrontos de homens desconhecidos no norte de Moçambique.

Incurso do bando resultou no assassinato de cinco pessoas e diversos bens destruídos: “Terroristas” atacam coração económico de Moçambique

Numa ação que pode ser vista como mais um ato de ousadia, demonstração de poder e afronta ao Estado moçambicano, ocorreu mais um ataque protagonizado por um grupo armado não claramente identificado, na noite de sábado, numa aldeia do distrito de Palma, província de Cabo Delgado, no norte do país. Oficialmente, é referido como mais um grupo armado, mas várias fontes locais não têm dúvidas e a descrição indica que se trata do mesmo grupo que, inspirado no radicalismo islâmico, tem aterrorizado o distrito da Mocímboa da Praia, também em Cabo Delgado.

A Polícia da República de Moçambique (PRM) confirmou, em contacto com o MediaFax, que houve ataques no distrito de Palma, posto administrativo de Olumbe, por volta das 21h50 de sábado, perpetrados "por um grupo até agora a monte". A corporação afirma que, na ação, cinco pessoas foram assassinadas, e onze pessoas ficaram feridas, sendo oito em estado grave. Outros três feridos leves foram encaminhados para o Hospital Distrital da Mocímboa da Praia.

De acordo com a Polícia, foram incendiadas duas motocicletas, uma pertencente ao chefe do posto policial local e outra ao chefe do posto administrativo. O grupo, segundo informações locais, atacou a localidade de Quissengue, incendiou a Polícia, vandalizou 32 casas e três barracas comerciais. Apesar do pânico, a Polícia afirma que não houve vítimas mortais em Quissengue (MEDIAX, 2018: 1).

Para evidenciar ainda mais o recurso à fonte policial como o único alicerce que sustenta o jornalismo policial no país, foram extraídas duas notícias do jornal @Verdade. A primeira, datada de 11 de janeiro de 2018, relata a prisão de falsos pensionistas no Chimoio:

“Polícia prende falsos pensionistas no Chimoio

[...] Para alcançarem os seus intentos, os indiciados falsificaram o cartão de combatente e o bilhete de identidade de um cidadão falecido e, usando os mesmos documentos, receberam pensão durante quatro meses. Ao longo desse tempo, obtiveram pelo menos 80 mil meticais, fazendo-se passar pelo malgrado. Já nas mãos das autoridades policiais, os indiciados justificaram a sua ação com a necessidade de sobrevivência, supostamente porque são desempregados. Segundo explicou Elísia Filipe, porta-voz

do Comando Provincial da PRM, em Manica, a farsa foi descoberta há poucos dias quando os acusados pretendiam se submeter à prova de vida [...]” (VERDADE, 2018: 1).

Neste trecho, o jornalista descreve a presumível trajetória dos supostos indiciados como se tivesse sido testemunha ocular do acto no momento em que ocorria. A segurança e propriedade com que descreve a história rejeitam qualquer teoria que negue ter sido ele testemunha ocular do episódio. Ao longo dos primeiros dois parágrafos, nota-se a ausência de qualquer referência à fonte originária da informação, fortalecendo a ideia de que o jornalista foi testemunha ocular do crime.

Além disso, não há um parágrafo sequer que evidencie a reação dos indiciados, muito menos dos referidos agentes que abortaram o crime, onde os supostos impostores pretendiam realizar a prova de vida. A única versão, embora citada tardiamente na notícia, pertence à fonte policial, tornando-se desta forma a única voz e verdade na notícia.

A mesma prática pode ser verificada em tantas outras edições em que esteja presente alguma informação de índole criminal. Conforme se verá na edição número 475 do @Verdade, cuja data de circulação foi 04 de janeiro de 2018:

“DNIC trava mais ações de falsificação de documentos

Mais dois moçambicanos, sendo um residente no Reino da Swazilândia e outro na República da África do Sul, tentaram sem sucesso obter bilhetes de identidade usando nomes diferentes dos que já tinham fornecido às autoridades quando trataram a mesma documentação pela primeira vez, disse à imprensa Alberto Sumbana, porta-voz da Direção Nacional de Identificação Civil (DNIC). Há dias, duas moçambicanas residentes nos países em questão foram igualmente encontradas nas malhas de falsificação de documentos. Nesses casos, para alcançarem os seus intentos, a mulher que vive na Swazilândia usou um assento de nascimento de outro indivíduo para tratar do bilhete de identificação, ignorando o facto de o legítimo dono já constar da base de dados daquela instituição do Estado. A moçambicana que vive na África do Sul também quis obter mais um documento de identificação recorrendo a outros nomes” (VERDADE, 2018: 1).

Tal como nos exemplos anteriores, neste trecho não se nota qualquer espaço de contrastação de versões, permanecendo a versão oficial como a única na notícia. São tantos os outros exemplos que ilustram esta realidade, em que a fonte policial assume especial destaque nos assuntos que envolvem violação da lei. Na mesma edição do Jornal @Verdade, está patente uma notícia sobre um homicídio supostamente protagonizado por uma cidadã contra o seu esposo. A versão policial é a única presente.

## **Percepções dos Participantes em Torno do Fenômeno "Unicidade de Fontes" no Jornalismo Policial**

### **A Origem das Informações sobre Ocorrências Criminais**

Quanto à origem das informações sobre ocorrências criminais, o inquérito realizado, no qual participaram 20 jornalistas representando 4 órgãos de informação sediados na cidade de

Nampula, revelou que 65,0% dos participantes buscam informações junto à polícia e outras entidades a ela relacionadas para obter esse tipo de dados.

Apenas 35,0% dos participantes consideram necessário abordar inicialmente a sociedade para coletar informações relacionadas à segurança pública, acreditando ser esse o ambiente onde ocorrem os episódios de criminalidade. Essa é a razão pela qual não se limitam exclusivamente à fonte oficial. Veja o gráfico abaixo:

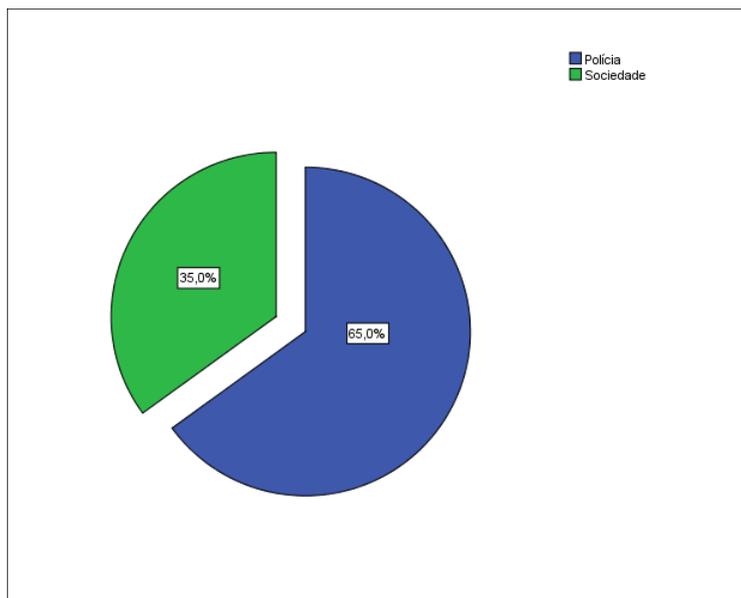


Gráfico1: Origem das informações sobre ocorrências criminais

### Fonte(s) de Informação Indispensável(eis) para a Produção de Matéria Jornalística sobre Fato Criminal

Na pergunta sobre quais são as fontes de informação indispensáveis para a produção de matéria jornalística sobre um fato criminal, dos 20 inquiridos, 19% mencionaram a testemunha ocular; outros 19% citaram o suposto criminoso; 14,3% indicaram a vítima; 9,5% referiram-se ao familiar da vítima, e a polícia aparece como a fonte mais preferida pelos participantes do inquérito, representando 38,1%.

A figura abaixo ilustra essa realidade:

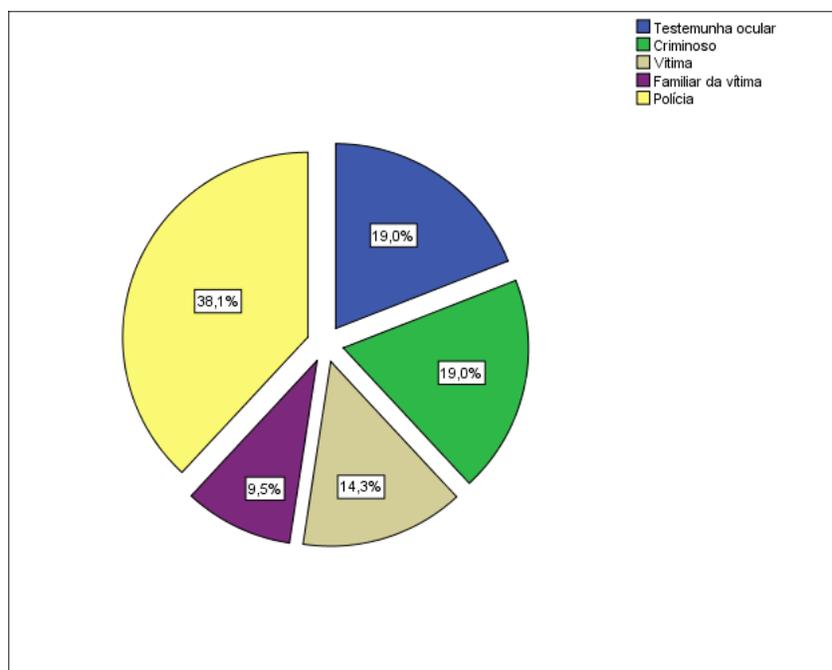


Gráfico 2: Fonte(s) Indispensável(eis) para a produção de matéria jornalística sobre facto criminal

### O que leva os jornais a priorizarem a polícia como fonte única de informação, em detrimento de outros intervenientes?

Ao analisar o conteúdo dos jornais escolhidos e as respostas dos inquiridos, observa-se que a fonte oficial, a polícia, ocupa um lugar de destaque na cobertura de assuntos policiais. O parágrafo seguinte traz a constatação feita por meio das respostas dos inquiridos.

Dos 20 jornalistas inquiridos, que correspondem a 100% da amostra, um, representando 5%, afirma que *“o receio de contradizer a versão da polícia, que pode resultar na marginalização do órgão de comunicação social no fornecimento de informações, faz com que os jornais priorizem a polícia como fonte única de informação”*; um inquirido, também correspondendo a 5%, aponta *“a pressão da actualidade como a causa que não permite maior espaço para o alargamento do campo de cobertura”*;

Quatro inquiridos, equivalentes a 20%, afirmam que é *“a sobrecarga de pautas que cada jornalista tem para cobrir ao longo do dia que obriga que a única fonte consultada seja somente a policial”*;

Doze, correspondendo a 60%, afirmam que a razão que leva os jornais a optarem pela fonte oficial na produção de matéria policial é *“a facilidade com que se obtém informações, que não exigem muito trabalho para sua transformação em produto jornalístico”*;

Três entrevistados, representando 10%, apontam outras razões, como *“por lei, a polícia ser a autoridade competente e principal para falar de assuntos sobre a Segurança Pública; a indisponibilidade de outras fontes; a falta de meios para abordar as testemunhas, devido à distância geográfica entre o meio de comunicação social e o local onde o crime ocorreu”*.

A figura abaixo demonstra graficamente as razões por trás do fenómeno da escolha preferencial da fonte policial em detrimento de outras. A primeira opção, relativa ao *“receio de contradizer a versão da polícia que pode resultar na marginalização do órgão de comunicação social no fornecimento de informações faz com que os jornais priorizem a polícia como fonte única de informação”*, é representada no gráfico pela variável **“Receio”**; A segunda opção, ou

seja, “a pressão da actualidade como a causa que não permite maior espaço para o alargamento do campo de cobertura” é representada pela variável “**Pressão da actualidade**”; A terceira hipótese, sobre “a sobrecarga de pautas que cada jornalista tem para cobrir ao longo do dia que obriga que a única fonte consultada seja somente a policial”, é representada pela expressão “**Sobrecarga de pautas**”; A quarta hipótese “a facilidade com que se obtém informações, que não requerem muito trabalho para sua transformação em produto jornalístico” é representada pela variável “**Facilidade**”; A quinta e última opção “Outras razões” é igualmente representada no gráfico pela expressão “**Outras razões**”. Veja:

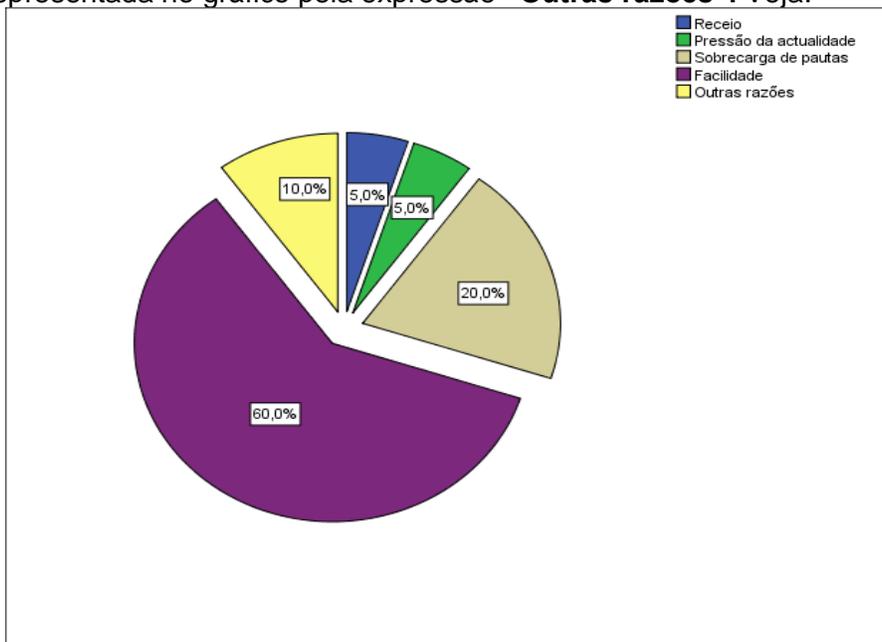


Gráfico 3: Razões da preferência da fonte policial em assuntos que envolvem criminalidade  
Fonte: Autor

A análise das visões dos jornalistas quanto à unicidade das fontes revela diferentes perspectivas e factores que influenciam a predominância da polícia como fonte única de informação. Cada uma das hipóteses apresentadas fornece *insights* sobre as dinâmicas e desafios enfrentados pelos profissionais da comunicação na cobertura de assuntos policiais. Vamos examinar cada uma delas:

#### **Receio:**

A presença do termo “receio” sugere uma preocupação subjacente entre os jornalistas em contradizer a versão da polícia. Esse receio pode ser interpretado como um medo de retaliação por parte das autoridades policiais, resultando na marginalização do órgão de comunicação.

#### **Pressão da Actualidade:**

A menção à “pressão da actualidade” destaca a urgência e a rapidez com que as notícias precisam ser produzidas. Isso sugere que, devido a limitações temporais, os jornalistas podem optar pela fonte mais prontamente disponível, que, muitas vezes, é a polícia.

#### **Sobrecarga de Pautas:**

A referência à “sobrecarga de pautas” indica um desafio prático enfrentado pelos jornalistas no cumprimento de suas responsabilidades diárias. A falta de tempo pode levar à escolha da fonte mais acessível e prontamente disponível, que geralmente é a polícia.

#### **Facilidade:**

A ideia de “facilidade com que se obtém informações” destaca a conveniência de obter dados diretamente da polícia, que muitas vezes é proactiva na divulgação de informações. Isso pode refletir uma abordagem pragmática, onde os jornalistas buscam eficiência na obtenção de informações.

#### **Outras Razões:**

A categoria “Outras razões” sugere que há uma variedade de factores não abordados nas opções anteriores. Isso pode incluir aspectos legais, como a autoridade competente da polícia para falar sobre assuntos de segurança pública, bem como limitações práticas, como a falta de meios para abordar testemunhas.

As razões apresentadas revelam uma complexidade na dinâmica entre jornalistas e fontes policiais, combinando factores como pressão profissional, restrições de tempo e, notavelmente, uma preocupação subjacente em contradizer a versão oficial. A escolha da polícia como fonte única não é apenas uma questão de conveniência, mas também envolve considerações práticas, pragmáticas e, em alguns casos, preocupações mais profundas relacionadas à autonomia da imprensa. Essa análise de discurso destaca a importância de compreender as dinâmicas contextuais que moldam as escolhas dos jornalistas em relação às fontes de informação em assuntos policiais.

### **Reflexões conclusivas**

A análise das visões dos jornalistas sobre a unicidade das fontes revela uma complexa interação de factores que contribuem para a predominância da polícia como a fonte única de informação em notícias policiais nos jornais eletrónicos nacionais. Cada hipótese apresentada oferece uma visão única das dinâmicas e desafios enfrentados pelos profissionais da comunicação nesse contexto específico.

A hipótese do “receio” sugere uma preocupação subjacente entre os jornalistas em contradizer a versão oficial da polícia, temendo retaliação e a consequente marginalização do órgão de comunicação. Essa tensão entre a independência jornalística e a relação com as autoridades policiais destaca um dilema ético.

A “pressão da actualidade” destaca a urgência e a rapidez necessárias na produção de notícias. A falta de tempo pode levar os jornalistas a optarem pela fonte mais prontamente disponível, muitas vezes a polícia, para garantir a cobertura imediata dos eventos.

A referência à “sobrecarga de pautas” destaca um desafio prático enfrentado pelos jornalistas, indicando que a falta de tempo pode influenciar na escolha da fonte mais acessível e prontamente disponível, que geralmente é a polícia.

A ideia de “facilidade com que se obtém informações” destaca a conveniência de obter dados directamente da polícia, que muitas vezes é proactiva na divulgação de informações. Essa abordagem pragmática reflete a busca pela eficiência na obtenção de informações.

A categoria “outras razões” sugere que há uma variedade de factores não abordados nas opções anteriores, como aspectos legais e limitações práticas. Isso destaca a complexidade adicional na tomada de decisões dos jornalistas.

Essas razões revelam uma dinâmica complexa entre jornalistas e fontes policiais, envolvendo factores como pressão profissional, restrições de tempo e, notavelmente, uma

preocupação subjacente em contradizer a versão oficial. A escolha da polícia como fonte única não é apenas uma questão de conveniência, mas também envolve considerações práticas, pragmáticas e, em alguns casos, preocupações mais profundas relacionadas à autonomia da imprensa.

Foi igualmente constatado que, mesmo depois de consultada a fonte oficial (aquela que acusa determinado indivíduo de prática de alguma infração), os jornalistas não se deslocam ao local da ocorrência do episódio, para efeitos de confrontação do discurso oficial com a realidade vivenciada pelas testemunhas e outros vestígios, publicando somente uma única versão. Esta prática permite aos pesquisadores concluir que, por ser a única versão veiculada nos jornais, aos olhos dos leitores torna-se também a única verdade, e que o apontado como sendo criminoso pela fonte oficial é o verdadeiro infrator.

O estudo destaca a importância de compreender as dinâmicas contextuais que moldam as escolhas dos jornalistas em relação às fontes de informação em assuntos policiais. Essa compreensão é crucial para promover um jornalismo ético, equilibrado e verdadeiramente informativo.

No que concerne à linguagem, constatou-se o uso de termos como bandido, ladrão, agressor, entre outros vocábulos cuja aplicação está dependente de um julgamento e condenação pelo tribunal, única entidade autorizada para o efeito. Esta constatação ressuscita uma velha discussão entre os estudiosos de jornalismo, especificamente relacionada à necessidade da profissionalização da actividade por meio de formação académica. Uma formação em jornalismo poderia resultar na conscientização dos fazedores de notícias sobre a necessidade de pautar-se por uma ética que preserve os direitos de todos.

## Referências bibliográficas

1. ALVIM, André Luís Toledo (2010). *Desafios na Cobertura de Segurança Pública: É possível um jornalismo interpretativo em meio às produções factuais e à pressão pelo imediatismo?* Juiz de Fora.
2. ARAUJO, Silva (1990). *Vamos falar de jornalismo*. 2ª edição
3. BUCCI, Eugênio (2000). *Sobre Ética e Imprensa*. São Paulo: Cia da Letras,
4. CHAPARRO, Manoel Carlos (2001). *Linguagem dos Conflitos*. Editora Minerva: Coimbra.
5. CARDET, Ricardo, (s/d). *Manual de Jornalismo*, col. Nosso Mundo, Editorial Caminho, Lisboa, p. 32.
6. DALBOSCO, Jari Luiz; *etal* (2007). *Curso nacional de Promotor de Polícia Comunitária*. Brasília-DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.
7. DINIS, Adriana Leite (2006). *Jornalismo em segurança pública: uma nova postura na cobertura da violência urbana, no Brasil*. Rio de Janeiro.
8. ERBOLATO, Mário L. *Técnicas de codificação em jornalismo*. 5ª edição, editora Ática, pág. 183.
9. FOUCAULT, Michel (1998). *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola.
10. GANS, Herbert J (1980). **Decidindo o que é notícia**. Nova Iorque: Vintage Books.

11. GERHARDT, Tatiana Angel e SILVEIRA, Dinise Tolfo (2009). *Métodos de Pesquisa*. 1ª edição, Editora UFRGS, Rio Grande do Sul.
12. GIL, António Carlos (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5ª Edição. São Paulo: Editora Atlas.
13. GOMES, Danniell Alencar (2005). *Jornalismo policial: Imparcialidade na transmissão de notícias*, Brasília.
14. GRADIM, Anabela. *Manual de jornalismo Livro de Estilo do Urbi et Orbi*. Covilhã. (2000)
15. GUERRA, Josenildo Luiz (2010). "Monitoramento de Cobertura e Produção Experimental Monitorada. In CRHISTOFOLETTI, Rogério. *Vitrine e Vidraça: Crítica de Mídia e Qualidade no Jornalismo*. Lisboa, LabcomBooks, pp. 153-171.
16. LAGE, Nilson (2002). *Estrutura da Notícia*. 5ª ed. São Paulo: Ática.
17. MARCONI, Marina A. LAKATOS, Eva M (2002). Técnicas de pesquisa planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação. São Paulo: Atlas.
18. PEREIRA JÚNIOR, Luiz Costa (2006). *A Apuração da Notícia – Métodos de investigação na imprensa*. Rio de Janeiro: Vozes.
19. POCINHO, Margarida e FIGUEIREDO João Paulo de (s/d). *SPSS: Uma ferramenta para análise de dados*.
20. QUEIROZ, José Neto de (2009). *Jornalismo policial: o equilíbrio de fontes na apuração da notícia*, Mossoró – RN.
21. SOUSA, Jorge Pedro. *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*. 2ª edição revista e ampliada. Porto (2006).
22. SCHMITZ, Aldo António (2011). *Fontes de notícias: acções e estratégias das fontes no jornalismo*. Editora Combook, Florianópolis.
23. SALES, Lilia Maia de Moraes, *atal* (2009). *Segurança pública, mediação de conflitos e polícia comunitária: uma interface*, Estudos Jurídicos, editora Novos.
24. STRELOW, Aline (2010). *Análise global de processos jornalísticos: uma proposta metodológica*. EDIPUCRS, Porto Alegre.
25. VENTURA, Manoel (2016). *Jornalismo policial e pluralidade de fontes: o caso do Whatsapp da PM-DF. Comunicação Social*. Universidade Católica de Brasília, Brasília.
26. WOLF, Mauro (2003). *Teorias da comunicação*. 8.ed. Barcelona, Portugal: Editorial Presença.
27. WOLF, Mauro (1999). *Teorias da comunicação – Mass media*. 5ª ed. Lisboa: Presença.

#### 4.3. Jornais

28. JECO, José (2018). *Na província de Sofala: PRM neutraliza quadrilha de roubo de viaturas na Beira*. CanalMoz, Beira, 26 de Fev. p. 5.

29. RICARDO, Rafael (2018). *Perante a inoperância das autoridades, populares agem a conta e risco próprio: Justiceiros tentam devolver paz e tranquilidade em Zongoené*, MediaFax, Maputo, 23 de Jan.p. 2-3
30. RICARDO, Rafael (2018). *“Incurso do bando resultou no assassinato de cinco pessoas e diversos bens destruídos: “Terroristas” atacam coração económico de Moçambique*, MediaFax, Maputo, 16 de Jan. p.1.
31. SAMBO, Emildo (2018). *Polícia prende falsos pensionistas no Chimoio*, @Verdade, Maputo, 11 de Jan.p.2
32. \_\_\_\_\_(2018). *DNIC trava mais acções de falsificação de documentos*, @Verdade, Maputo, 04 de Jan. p.1

#### 4.4. **Paginas Web**

- Nádia Issufo (30 de junho de 2014). «Cidadão repórter» é o segredo do sucesso do jornal moçambicano @Verdade». Deutsche Welle. Consultado em 23 de Março de 2018
- DEVANIER. Antonieta. *Etapas para a elaboração de um pré-projeto: a conclusão de um curso de comunicação social com responsabilidade e seriedade*. Disponível em: [www.unef.edu.br](http://www.unef.edu.br). Acesso em: 10 de junho, 2017.
- <http://bigslam.pt/noticias/morreu-kok-nam-um-dos-principes-do-jornalismo-em-mocambique-o-funeral-realiza-se-hoje-em-maputo-segunda-feira-13-de-agosto/>
- III Lusocom– *Dos jornais fax aos Web jonais*. Encontro Lusófono de Ciências da Comunicação, Universidade do Minho, Braga, 28 de Outubro de 1999 Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/zamith-fernando-dos-jornais-fax-aos-web-jornais.html>
- *O surgimento da imprensa independente em Moçambique*. Disponível em: <https://joaofeijo.wordpress.com/articles-2/o-surgimento-da-imprensa-independente-em-mocambique-%e2%80%93-um-estudo-de-caso-da-cooperativa-de-comunicacao-mediacoop-jornalistas-associados-scri-2008/>